



**EQUIPA PROTOCOLO
RSI**

**A PROBLEMÁTICA DA HABITAÇÃO
EM BENEFICIÁRIOS DE RSI**

ABRIL 2013

FICHA TÉCNICA

Titulo: A problemática da Habitação em beneficiários de RSI

Autor: Equipa de Protocolo RSI Cáritas Diocesana de Coimbra

Edição de texto: Ana Leonor Duarte (Socióloga)

Edição gráfica: Sara Monteiro (Designer Gráfica)

Aprovação: Pe. Luís Costa

Local da edição: Coimbra

Data da edição: Abril 2013

Tiragem: publicação digital

Impressão: _____

Data de Impressão: _____



Índice

Introdução	1
Análise dos resultados	3
Respostas criadas pela Equipa de Protocolo da Caritas de Coimbra	6
A problemática da Habitação	8
Conclusões	16



Introdução

À semelhança das anteriores avaliações do Protocolo RSI da Caritas Diocesana de Coimbra, a Equipa apresenta no presente estudo algumas conclusões relativas à caracterização da população por esta acompanhada. Nesta análise em concreto, optámos por dar especial enfoque às questões ligadas à habitação, uma vez que esta tem sido um dos problemas mais preocupantes e à qual não temos conseguido dar resposta, não só pela inexistência de habitações sociais mas também pelas elevadas rendas que são praticadas no concelho de Coimbra.

Na realidade o direito à habitação é um *direito fundamental*. Desde a Constituição da República Portuguesa de 1976 que este direito jamais foi posto em causa por qualquer revisão constitucional posterior (Mendes, 1999: 6). Segundo o artigo nº 65 (Habitação e Urbanismo) nº 1 da Constituição da República Portuguesa de 2005, “*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*”.

Para além disso, a Equipa acredita que a habitação como espaço físico é um dos campos que podem apoiar a integração social e a prossecução dos objetivos de vida de uma determinada família, mas para isso é necessário que estejam reunidas condições como a qualidade, a salubridade e a comodidade da habitação, ou seja, as condições mínimas de habitabilidade.

Segundo Leonor Coutinho (1999: 3), “a habitação tem um papel central tanto nas questões da pobreza como da exclusão pois verifica-se que nas famílias com carências mais significativas os problemas habitacionais são dominantes e as maiores fragilidades sociais estão ligadas a padrões urbanos específicos”.

Nesta mesma linha de pensamento, Alfredo Bruto da Costa refere que “a situação de pobreza e/ou de más condições de habitação pode agravar o modo como a família é afetada por certo tipo de problemas, a ponto de conduzir a ruturas relacionais que não existiriam em condições «normais». O desemprego, conduzindo à pobreza, pode impedir o pagamento da renda de casa e, assim, colocar o indivíduo ou família na situação de sem-abrigo” (Costa, 1998: 23-24).

Analisando os excertos fica claro que quando estudamos as questões ligadas à pobreza e exclusão social, teremos que nos debruçar igualmente sobre as condições habitacionais dessa mesma população. Acreditamos que o sucesso para a autonomização nos obriga a passar pela melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, onde obviamente se inclui a habitação.



Desta forma, decidimos focalizar-nos nos titulares da prestação, analisando as variáveis já anteriormente mencionadas em outros relatórios e acrescentando outras como: *Valor da prestação do RSI/Total dos rendimentos do agregado e Despesas com habitação*. Mediante a análise dos resultados obtivemos o hiato que existe neste momento entre o valor auferido pelas famílias e as rendas/empréstimos que suportam, sendo que a habitação passa para o domínio das necessidades secundárias ou materiais na competição com as necessidades de primeira ordem como a alimentação ou a medicação. O resultado são rendas em atraso, que normalmente culminam no despejo, ou a entrega da casa ao banco para aqueles que ainda conseguiam gerir o seu orçamento de forma a pagar o empréstimo.

Com a entrada em vigor do Decreto- Lei nº 133/2012 os valores da prestação de RSI decresceram por beneficiário, deixando-os numa situação de maior vulnerabilidade social. Para além disso, as medidas orçamentais do país levaram a que os arrendatários praticassem rendas de valor mais elevado e que ficassem numa posição de superioridade em relação aos inquilinos. Tudo se encaminha para uma situação de despejo fácil e assim para um aumento de probabilidade da existência de sem-abrigo.

Finalmente, a última das considerações desta breve introdução remete para as problemáticas que se associam ao requerimento da prestação e que estão diretamente ligadas a esta problemática da habitação. Surge assim o desemprego, a monoparentalidade e ausência de recursos como fatores determinantes para uma situação de exclusão social, que tendem a perpetuar toda a espiral de vida dos nossos utentes.



Análise dos resultados

Tendo já sido verificado em relatórios anteriores, a questão do Género mantém as mesmas tendências gerais, sendo que são as mulheres as detentoras da titularidade. Os motivos desta feminilidade também já têm vindo a ser amplamente debatidos: ou são famílias monoparentais ou tão só, continuam a ser as mulheres que delineiam estrategicamente a manutenção do seu agregado.

No quadro seguinte apresentamos os dados relativos à distribuição por género da titularidade. Para além do já referido, um dado curioso é o facto de que apenas em famílias ditas isoladas o sexo masculino aparecer em vantagem, levando-nos a pensar que só em casos de total ausência de suporte familiar são os homens que procedem a este requerimento.

Tipologia de família* Género

Tipo de família	Género		Total
	Feminino	Masculino	
Alargada	12	6	18
Isolada	18	21	39
Monoparental	61	8	69
Nuclear	6	8	14
Nuclear com filhos	58	27	85
Reconstruída	10	0	10
Total	165	70	235

Da mesma forma, no que respeita às habilitações académicas, continua a ser notório a tendência central, sendo que o maior número de beneficiários possui o 3º ciclo (30%), muitas vezes completado através de RVCC. A formação profissional surge, na maior parte das vezes, como alternativa à inserção no mercado de trabalho, oferecendo certificação escolar. Deste modo, há um aumento geral das qualificações dos estratos mais baixos da população, ainda que esta não tenha procura efetiva no mercado de trabalho. De referir ainda que, no total da população acompanhada, 17,4% tem o 1º ciclo e 20% tem o 2º ciclo. A percentagem de analfabetos também tem um peso significativo, mas muitos destes titulares são de etnia



cigana ou de etnia cigana romena, o que por si só já é um fator que irá alterar os dados estatísticos por todos os traços culturais que implica.

Habilitações académicas

	N	%
Analfabeto	35	14,9
1º ciclo	41	17,4
2º ciclo	47	20
3º ciclo	70	29,8
12º ano	28	11,9
Licenciatura	14	6
Total	235	100

Relativamente à idade dos requerentes continuamos a observar que a maior percentagem recai na faixa etária entre os 31 e os 35 anos (17,4%). Corresponde mais uma vez à população ativa que não tem qualquer tipo de inserção em mercado de trabalho, uma vez que aparece um valor relativamente baixo de indivíduos incapazes para o trabalho (12,3%).

Faixas etárias

	N	%
18-25 anos	9	3,8
26-30 anos	25	10,6
31-35 anos	41	17,4
36-40 anos	39	16,6
41-45 anos	39	16,6
46-50 anos	36	15,3
51-55 anos	22	9,4
56-60 anos	17	7,2
61-65 anos	7	3
Total	235	100

Incapacidade para o trabalho

	N	%
Não	206	87,7
Sim	29	12,3
Total	235	100

A variável *Situação face ao emprego* vem corroborar a conclusão anterior, mostrando que 60,9% dos beneficiários são Desempregados de longa duração e quando cruzamos as duas variáveis é ainda mais explícito a correlação que existe entre idade ativa e a escassa oferta



do mercado de trabalho, sendo que 143 dos requerentes, num total de 235, estão desempregados há mais de um ano.

Situação face ao emprego

	N	%
Contrato a termo	6	2,6
Contrato sem termo	4	1,7
Desempregado há mais de 1 ano	143	60,9
Desempregado há menos de 1 ano	9	3,8
Dispensado	3	1,3
Precário	5	2,1
Recibo verde	1	0,4
Sazonal	1	0,4
Sem experiência Profissional	63	26,8
Total	235	100

Faixas etárias* Situação face ao emprego

	Situação face ao emprego									Total
	Contrato a termo	Contrato sem termo	Desempregado há mais de 1 ano	Desempregado há menos de 1 ano	Dispensado	Precário	Recibo verde	Sazonal	Sem experiência Profissional	
18-25 anos	0	0	5	0	0	0	0	0	4	9
26-30 anos	0	0	10	0	0	0	1	1	13	25
31-35 anos	0	0	25	3	0	0	0	0	13	41
36-40 anos	3	1	19	3	0	1	0	0	12	39
41-45 anos	1	0	20	1	0	3	0	0	14	39
46-50 anos	1	2	29	2	0	0	0	0	2	36
51-55 anos	1	1	18	0	1	0	0	0	1	22
56-60 anos	0	0	11	0	2	1	0	0	3	17
61-65 anos	0	0	6	0	0	0	0	0	1	7
Total	6	4	143	9	3	5	1	1	63	235



Quando analisamos a distribuição de beneficiários por áreas de inserção, percebemos que a formação profissional ganha terreno na conjuntura sócio económica do país. Sem oferta laboral, as saídas que ainda surgem são no aumento das competências profissionais e escolares. Para além disso há a questão monetária, uma vez que muitos destes cursos são remunerados e as bolsas não entram para efeitos de cálculo da prestação. Na área da saúde encontra-se outra parcela considerável o que revela algumas lacunas a nível de políticas sociais, uma vez que muitos destes deveriam estar abrangidos por outro tipo de medidas mais adequadas à sua problemática.

Área de inserção		
	N	%
Alfabetização	15	6,4
CEI+	2	0,9
Desenvolvimento de competências	9	3,8
Dispensa de inserção	8	3,4
Emprego	17	7,2
Ensino superior	7	3
Formação profissional	28	11,9
GAPE	11	4,7
Não inserido/ encaminhado	108	46
RVCC	1	0,4
Saúde	29	12,3
Total	235	100

Respostas criadas pela Equipa de Protocolo da Caritas de Coimbra

Outro valor a considerar é o total de requerentes (35) que foram inseridos em respostas criadas pela Equipa da Caritas, nomeadamente a Alfabetização que está a ser ministrada para indivíduos de etnia cigana e para cidadãos de nacionalidade romena, o GAPE, consiste num grupo de apoio psicossocial ao emprego, numa dinâmica de sessões mensais e com o objetivo de promover a interação e a motivação para a procura ativa de emprego. Para além disso, existe um projeto na Equipa no âmbito do desenvolvimento de competências que acaba por incluir mais 9 titulares da prestação.

Finalmente, uma nota para o número de encaminhamentos realizados, num total de 108 requerentes que se traduzem em 46% da população acompanhada e que não estão efetivamente inserido. Este facto prende-se com a inexistência de respostas em algumas das principais áreas de inserção. Relativamente a encaminhamentos, a distribuição dos beneficiários traduz-se no seguinte:

Tipo de encaminhamento		
	N	%
Ação social	2	0,9
Educação	9	3,8
Emprego	52	22,1
Emprego, Formação Profissional	27	11,5
Formação Profissional	18	7,6
Não aplicável	125	53,2
Saúde	1	0,4
Saúde, Emprego	1	0,4
Total	235	100

Cerca de 34% dos titulares estão encaminhados para Emprego ou para Emprego e Formação Profissional. Percebe-se assim, que é nesta área que a Equipa sente mais dificuldade de inserção. Para aumentar as qualificações temos 7,6% de encaminhamentos da população acompanhada. Salientamos ainda que apenas 3,8% está encaminhada para à área da Educação e, mais concretamente para alfabetização, o que manifesta um decréscimo de titulares analfabetos que ainda não foram inseridos. O item de resposta Não aplicável



coincide com aqueles que já se encontram inseridos. As amostras dos dois quadros anteriores são exclusivas.

A Equipa de Protocolo da Caritas de Coimbra tem mostrado a sua preocupação em criar respostas para lacunas existentes nas áreas de inserção e, neste momento, a criatividade é a nossa melhor aliada, sabendo de antemão que só através de parcerias e de um trabalho em rede poderemos criar mais, melhores e diferentes tipos de inserção.

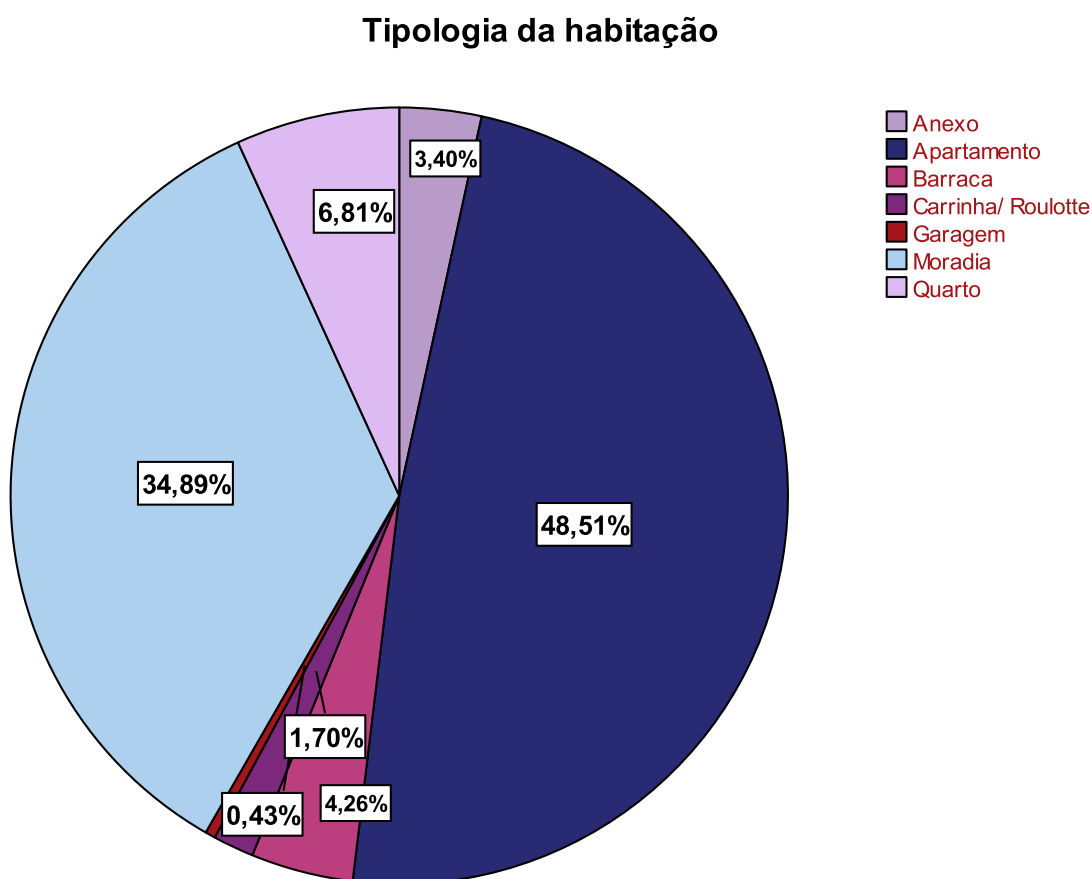
A problemática da Habitação

No que toca à questão da habitação começamos por nos reportar para o mercado de arrendamento em Coimbra, que usualmente pratica valores elevados. Poderíamos avançar com a hipótese de haver uma maior especulação imobiliária devido à grande afluência de estudantes da Universidade de Coimbra. Aumentando a procura, o preço dos arrendamentos dispara.

Relativamente ao mercado de habitação social, no contexto atual, a oferta escasseia. Há inúmeros pedidos no Departamento de Habitação, mas as respostas são lentas e não há alternativas. Nas palavras do Vereador, com o pelouro da Habitação, numa entrevista para o Jornal de Notícias (06.11.2012): *O vereador comunista disse ainda que, daqueles 900 pedidos, há mais de 170 que já foram avaliados e que se reportam a situações de emergência. "São famílias às quais já deveríamos ter atribuído habitação, se tivéssemos condições para isso", afirmou o edil da câmara de Coimbra.*

Perante este cenário, observamos um aumento de dívidas das rendas e uma atitude abusiva da parte dos proprietários, ao estipularem valores muito elevados face às condições de habitabilidade que as suas casas apresentam. O resultado é famílias cada vez mais insatisfeitas, com fraca autoestima e com poucas perspetivas de futuro, um aumento do pessimismo e um decréscimo na qualidade de vida dos beneficiários.

Quanto à análise dos dados recolhidos, a distribuição dos titulares por tipologia de habitação apresenta-se no seguinte gráfico:



Quase 50% dos titulares residem em apartamentos, seguido do número igualmente elevado de residentes em moradias (34,89%). Aqui, importa fazer a ressalva que muitas destas habitações encontram-se muito degradadas e com fracas condições de habitabilidade. Muitas delas são casas situadas em zonas mais rurais da cidade daí que sejam relativamente pequenas e com poucas divisões. Note-se ainda a percentagem de pessoas que vive em quartos. Face às elevadas rendas praticadas, a alternativa tem sido a procura de quartos.



Tipo de família * Tipologia da habitação

Tipo de família	Tipologia da habitação							Total
	Anexo	Apartamento	Barraca	Carrinha/ Roulotte	Garagem	Moradia	Quarto	
Alargada	2	9	0	0	0	7	0	18
Isolada	1	14	2	1	0	10	11	39
Monoparental	6	40	1	0	0	18	4	69
Nuclear	2	6	0	0	1	5	0	14
Nuclear com filhos	3	37	7	3	0	34	1	85
Reconstruída	0	5	0	0	0	5	0	10
Total	14	111	10	4	1	79	16	235

Cruzando as variáveis Tipo de família e a variável Tipologia da Habitação, surgem alguns dados importantes para esta análise. Residentes em quartos temos 16 indivíduos, 11 isolados mas 4 famílias monoparentais. Mais uma vez valores do RSI, estipulados pelo Decreto-Lei 133/2012, tendem a proporcionar um decréscimo de qualidade de vida nas famílias, sendo que um total de 231,94€ (mãe/pai com um filho menor) não consegue fazer face a uma despesa de renda. Daí a necessidade de reajustar o valor auferido a um determinado tipo de habitação. Outra consideração interessante prende-se com as 14 famílias que residem em anexos e 10 que habitam barracas, sendo que 7 destas são nucleares com filhos.

No quadro seguinte mostramos a atribuição da prestação face ao diferente número de pessoas presentes no agregado. Sendo 178,15€ o valor prestacional máximo de um indivíduo isolado, somando 89,08€ por cada indivíduo com mais de 18 anos e 53,44€ atribuídos por menor. Analisemos, pois, a distribuição de famílias por valores atribuídos:



Valor prestação RSI / rendimentos do agregado

	N	%
178,15 €	41	17,6
231,59 €	18	7,7
267,23 €	21	9
285,03 €	20	8,6
320,67 €	26	11,2
338,47 €	3	1,3
356,31 €	10	4,3
374,11 €	27	11,6
391,91 €	1	0,4
409,75 €	11	4,7
427,55 €	18	7,7
445,39 €	1	0,4
463,19 €	4	1,7
480,99 €	9	3,9
498,84 €	1	0,4
516,63 €	4	1,7
534,43 €	6	2,6
552,27 €	4	1,7
570,07 €	3	1,3
587,87 €	1	0,4
605,71 €	2	0,9
644,11 €	2	0,9
Total	235	100

} 71,30%

Realizámos esta distribuição não levando em conta os rendimentos do agregado, uma vez que todos eles são deduzidos da prestação a 100% excetuando os rendimentos auferidos de atividade laboral exercida. Não tomámos em linha de conta por termos valores tão residuais de indivíduos inseridos em mercado de trabalho.

Analisando a tabela de frequências obtida, fica claro a maior concentração de famílias situa-se nos escalões mais baixos, sendo que 71,3% das famílias situa-se abaixo dos 374.11€ Importa ainda referir que a média dos rendimentos atribuídos às famílias acompanhadas na Equipa situa-se 334€.



Regime de ocupação

	N	%
Arrendada	110	46,8
Cedida	36	15,3
De familiares	5	2,1
Habitação social	48	20,4
Ocupação ilegal	11	4,7
Própria	25	10,6
Total	235	100

No que respeita ao regime de ocupação, 46,8% dos titulares vivem em casas arrendadas, sendo que a grande maioria dos beneficiários (199) paga de renda entre 1€ e 250€. Relativamente aos 0€, definimos todos aqueles que vivem em casas cedidas ou de familiares, situação esta que se considera de risco devido à sua precaridade.

Valores de rendas

	N	%
0 -100€	127	54,5
101€ -150€	24	10,3
151€ -200€	24	10,3
201€ -250€	24	10,3
251€ -300€	17	7,3
301€ -350€	10	4,3
351€ -400€	7	3
Total	235	100

Aplicando um filtro para selecionar apenas os beneficiários que não dispõem de apoio financeiro do Estado para habitação, não vivem em casas cedidas ou de familiares e que pagam a renda na sua totalidade, surgem os seguintes dados:



Valores de renda

	N	%
0 - 100€	9	8
101€ - 150€	23	20,5
151€ - 200€	24	21,4
201€ - 250€	24	21,4
251€ - 300€	17	15,2
301€ - 350€	10	8,9
350€ - 400€	5	4,5
Total	112	100

Verificamos então uma grande redução da percentagem de utentes que pagam entre os 0€ e os 100€, e mesmo estes (8%) usufruem de rendas antigas. A grande mancha situa-se entre os 100€ e os 300€. É importante salientar que a estas 112 famílias correspondem um total de 352 indivíduos, que consideramos ser um grupo de risco para situações de extrema carência económica, podendo levar a uma de situação de sem-abrigo.

Despesas com habitação * Tipo de família

Despesas com habitação	Tipo de família						Total
	Alargada	Isolada	Monoparental	Nuclear	Nuclear com filhos	Reconstruída	
0€ - 100€	0	4	1	2	1	1	9
101€ - 150€	1	10	9	0	3	0	23
150€ - 200€	2	1	12	2	5	2	24
201€ - 250€	1	2	6	1	12	2	24
251€ - 300€	1	0	7	1	6	2	17
301€ - 350€	0	0	3	0	6	1	10
351€ - 400€	1	0	1	0	3	0	5
Total	6	17	39	6	36	8	112

O quadro onde se faz o cruzamento destes valores com o tipo de família deixa antever quem será mais afetado por esta situação: as famílias monoparentais. Estas têm um maior número de pessoas na prestação precisamente por serem as mais desprotegidas socialmente, o que muitas vezes dificulta a sua inserção. A problemática da habitação vem, mais uma vez, ajudar a reforçar essa situação de exclusão. Repare-se que de um total de 39 famílias monoparentais apenas uma paga renda entre os 0€ e 100€.



Valor prestação RSI / rendimentos do agregado * Despesas com habitação

Valor prestação RSI / rendimentos do agregado	Despesas com habitação							Total
	0€ - 100€	101€ - 150€	151€ - 200€	201€ - 250€	251€ - 300€	301€ - 350€	351€ - 400€	
178.15	4	11	1	2	0	0	0	18
231.59	0	5	3	2	1	0	0	11
267.23	2	0	4	2	3	0	0	11
285.03	0	3	3	1	2	0	0	9
321.67	0	1	2	4	1	5	0	13
338.47	0	0	1	1	0	0	0	2
356.31	0	0	1	1	2	0	1	5
374.11	0	0	5	4	4	0	1	14
391.91	0	0	1	0	0	0	0	1
409.75	0	0	0	2	0	2	1	5
427.55	1	2	0	2	1	0	0	6
445.36	1	0	0	1	0	0	0	2
463.19	0	0	1	0	1	1	1	4
480.99	0	0	1	0	0	0	0	1
516.63	0	1	0	0	0	0	1	2
534.43	0	0	0	1	1	1	0	3
552.27	0	0	1	0	1	1	0	3
570.07	1	0	0	0	0	0	0	1
605.71	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	9	23	24	24	17	10	5	112

Despesas com habitação * Apoios institucionais

Despesas com habitação	Apoios institucionais		Total
	Não	Sim	
0€ - 100€	6	3	9
101€ - 150€	8	15	23
201€ - 250€	4	20	24
201€ - 250€	3	21	24
251€ - 300€	8	9	17
301€ - 350€	6	4	10
351€ - 400€	1	4	5
Total	36	76	112



O número de pessoas que se encontram nesta situação torna-se ainda mais preocupante quando observamos a tabela de frequências do cruzamento das variáveis *Valor da Prestação RSI/ Rendimentos do agregado com os Despesas com habitação*, onde temos uma mancha de concentração de famílias com rendas entre 100€ e os 300€, auferindo de prestação um valor máximo de 321.67€. Isto significa que muitos terão um orçamento familiar reduzidíssimo para as restantes despesas (alimentação, água, luz, gás, medicação, etc.). No sentido de suprir as necessidades básicas, o pagamento da renda é relegado para segundo plano. As rendas em atraso acumulam-se e as ações de despejo multiplicam-se, arrastando os beneficiários para situações de grave vulnerabilidade social e ficando na iminência de uma situação de sem-abrigo. São também algumas destas famílias que mais beneficiam de apoios institucionais, como o apoio pontual de alimentação assegurado por Associações, Conferências Vicentinas, entre outros, ou então, que mais recorrem à valência de cozinha solidária. Outro dado importante diz respeito àqueles números que se dispersam pela tabela e que evidenciam o valor elevado de renda face ao valor assegurado pela Segurança Social. Na base desses dados temos alguns fatores importantes como alteração do agregado familiar, a redução da prestação e o emprego precário. Face às flutuações de condições de vida características da população acompanhada, as ruturas sociais surgem de forma inesperada e quase sempre desencadeando problemas em espiral. Os problemas vão surgindo mas a questão da habitação vai sendo arrastada até ao despejo.

Despesas com habitação* Habilitações académicas

Despesas com habitação	Habilitações académicas						Total
	12º ano	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Analfabeto	Licenciatura	
0€ - 100€	3	4	0	2	0	0	9
101€ - 150€	4	4	3	8	2	2	23
151€ - 200€	1	6	2	11	2	2	24
201€ - 250€	4	4	5	4	6	1	24
251€ - 300€	2	2	6	5	1	1	17
301€ - 350€	1	2	3	4	0	0	10
351€ - 400€	1	1	0	2	0	1	5
Total	16	23	19	36	11	7	112



Finalmente, uma última nota para o cruzamento das variáveis Despesas com Habitação e Habilitações Académicas que sugere dados muito curiosos. Verificamos que parece existir uma relação direta entre a escolha das condições habitacionais e a formação académica, ou seja, parece existir uma reprodução das práticas sociais a todos os níveis, sem prejuízo de criar qualquer tipo de estereótipo. Quando analisamos a tabela, verifica-se que os indivíduos que detêm níveis médios de escolaridade pagam rendas de escalão intermédio. Da mesma forma os beneficiários que apenas completaram o 1º ciclo são os que têm rendas mais baixas. Nos extremos, temos os licenciados e o que se verifica é que, a grande maioria, são estudantes do ensino superior e que entretanto ingressaram o mestrado. Nestas situações o que acontece é que muitos destes estão só de passagem e daí que procurem os quartos, obviamente, com uma renda mais baixa. No outro extremo temos, analfabetos que têm níveis intermédios de renda. Fazendo uma leitura mais pormenorizada, percebemos que todos os processos referenciados como analfabetos/ que pagam renda são ciganos romenos.

Conclusões

1. Quando categorizamos o conceito de pobreza, a questão habitacional surge como um dos problemas primordiais. Do enredo de problemas que acarreta a exclusão social surge a problemática do direito a uma habitação condigna que ao mesmo tempo que proporciona conforto e intimidade e é também um espaço onde se desenrola uma importante adequação do indivíduo à sociedade.

Daí que, neste relatório, a Equipa de Protocolo RSI da Cáritas de Coimbra tenha apostado na análise mais profunda e detalhada desta questão da habitação no contexto socioeconómico da prestação de RSI.

2. A maior parte dos beneficiários acompanhados na Equipa reside em apartamentos e em moradias, sendo que muitas destas estão em elevado estado de degradação. Relativamente à tipologia das famílias, sobressaem as famílias nucleares com filhos que se distribuem por este dois tipos de habitação. Um número significativo destas famílias vive em barracas, mas são todas de etnia cigana. Quanto às famílias monoparentais, começa a notar-se uma certa dificuldade em conciliar o valor prestacional com o pagamento de uma renda de casa, daí



que se comece a observar uma intensificação na procura de quartos e anexos. Ainda assim, a grande maioria reside em apartamentos.

3. A média dos rendimentos atribuídos às famílias acompanhadas na Equipa situa-se nos 334€. Sendo que quase 50% das famílias vive em casas arrendadas (excluindo aquelas famílias que foram realojadas em Habitação social, que vivem em casas cedidas ou próprias), o pagamento da renda torna-se um fardo muito pesado no orçamento familiar. Sendo que os escalões de renda com maior percentagem são entre os 100€-150€ e os 200€-250€, muitos dos agregados familiares têm que fazer muita ginástica orçamental, a fim de poderem cumprir o pagamento da renda. Na verdade isto não se tem vindo a verificar e temos muitas famílias com rendas em atraso em situações de despejo. Na ânsia de satisfazer necessidades básicas de higiene (água e luz), alimentação e medicação os agregados veem-se na iminência de fazer escolhas complicadas.

4. As famílias que têm mais apoios institucionais são também aquelas que mais usufruem de apoio económico do Estado para habitação. Depois de filtrar esses agregados surgem-nos então aqueles que pagam valores de renda entre os 100€ e os 250€ e que têm este apoio alimentar proveniente de instituições de carácter social ou simplesmente da sociedade providência, que em Portugal é forte, face a um Estado Providência fraco (Santos, Boaventura: 1994).

5. Esta análise surge num contexto socioeconómico de recessão, em que as classes mais baixas estão a perder a capacidade de fazer face às despesas quotidianas. No que concerne à habitação, as respostas sociais são cada vez mais escassas e as políticas sociais tendem a reproduzir a exclusão. Ao manter este retrato social, teremos num futuro muito próximo outras alternativas à tipologia de habitação, nomeadamente o aumento da ocupação ilegal de casas e de espaços públicos, de famílias sem-abrigo, e o proliferar de barracas e anexos.